



POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA





Grupo Educacional CEUMA
Faculdade Metropolitana da Amazônia

Núcleo de Estudos Ambientais:

Profa. Lidiane de Souza Silva – Representante da Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária e CST em Gestão Ambiental

Profa. Elane Cristina Melo Lemos – Representante docente do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária e CST em Gestão Ambiental

Profa. Etiane de Souza Silva – Representante docente do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária e CST em Gestão Ambiental

Prof. Nicola Saverio Holanda Tancredi – Representante docente do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária e CST em Gestão Ambiental

Prof. Tauany Martins Vieira – Representante docente do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária e CST em Gestão Ambiental

Profa. Ana Claudia Figueira Guedes – Representante docentes do Curso de Bacharelado em Serviço Social

Prof. Milton Ribeiro da Silva Filho – Representante docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social

Prof. Constantino Pedro de Alcântara Neto – Representante do Núcleo Gestor de Pesquisa e Extensão

Marcos Cleison Barros Martins – Representante Discente/ CST em Gestão Ambiental;

Simone de Cassia Souza Pontes – Representante Discente/ CST em Gestão Ambiental

Luann Gabriel Dias de Figueiredo – Representante Discente/ CST em Gestão Ambiental



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (**Lei nº 9.610/98**) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

1. PRINCÍPIOS	2
2. OBJETIVOS	5
3. PROGRAMAS E AÇÕES	6
4. CONSIDERAÇÕES GERAIS	10



1. PRINCÍPIOS

As primeiras noções de cuidados com o meio ambiente surgem na década de 1970, precisamente em 1972, no âmbito das discussões da Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente, na cidade de Estocolmo, na Suécia. Desde então, a humanidade começou a dar-se conta dos diversos danos ambientais oriundos dos processos de ocupação desordenado, adensamento populacional e poluição acelerados pelos avanços da industrialização e do modo de vida capitalista presentes em escala global.

Para o contexto brasileiro enfatiza-se que, a partir da década de 1930, o país inicia o processo de industrialização, fomentado por Getúlio Vargas e posteriormente pelos governos militares, que responde com a criação de dispositivos legais – como o Código das Águas (1934) e o Código Florestal (1934) –, de agências setoriais, na década de 1960 – como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério de Minas e Energia –, e de criação e delimitação de zonas naturais protegidas – como o Parque Nacional do Iguaçu (1939) e o Parque Nacional do Araguaia (1959) com o objetivo de mitigar os efeitos do crescimento econômico em âmbito nacional.

Com o decorrer dos anos, a preocupação ambiental aumenta, tanto em escala mundial quanto em local, devido o caráter predatório e deletério no uso dos recursos naturais. Neste cenário, se pode afirmar que a exploração do meio ambiente de forma desordenada e intensiva se torna cada vez mais irreversível, que acarretam consequências para o homem e para a natureza de maneira aparentes.

A questão ambiental, portanto, se constitui como um tema importante e em constante discussão no mundo. As nações, os governos, as organizações, os movimentos e agentes sociais assumem o compromisso de reverter o quadro que se mostra desfavorável. Todavia, o ponto nevrálgico destas discussões é se alcançar um consenso que possa promover um desenvolvimento humano (social, político e econômico) sem diminuir a qualidade ambiental.

Nesses termos, o maior desafio da atualidade é conseguir conciliar a teoria que trata sobre os princípios e diretrizes da sustentabilidade com as formas de produção contidas no capitalismo. Neste cenário, é pertinente considerar que a discussão ora apresentada leva em consideração o conceito de sustentabilidade contido no relatório de Brundtland (1987), intitulado Nosso Futuro Comum, que resultou da iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável adotado é aquele que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. Assim, a concepção de sustentabilidade intrínseca à discussão ora apresentada pressupõe a busca constante e contínua de uma relação equilibrada com o ambiente, o que para a realidade da sociedade pós-industrial, está – diretamente – relacionada com as formas de apropriação adotadas pelo homem.

Em outras palavras, faz-se necessário analisar as lógicas de produção, consumo, habitação, comunicação, alimentação e transporte adotadas até o presente momento. Assim como, atentar para a lógica contida nos relacionamentos entre as pessoas, considerando os valores éticos, solidários, humanos e democráticos.

O panorama da sociedade moderna mostra que a integração entre gestão sus-

tentável e gestão da administração é imprescindível. Este modelo de gerenciamento visa a otimização no uso dos recursos naturais e a diminuição do impacto ambiental, bem como a sensibilização da sociedade para as causas ambiental e ecológica.

Portanto, a sustentabilidade deve ser encarada como um modelo de construção da vida, aliada a uma política social, educacional, cultural, empresarial e governamental em níveis global, regional e local. Neste contexto, a educação ambiental se apresenta como um instrumento eficaz para o alcance e garantia da sustentabilidade.

No Brasil, a discussão da esfera educacional ambiental é intensificada no ano de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNCED, também conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 e Rio-92, onde se reuniram representantes de 175 países e de organizações não governamentais debatendo os impactos no meio ambiente como resultados da ação antrópica; e dentre os temas uma era a pauta sobre a “Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade”. Como resultado deste encontro, se teve a elaboração da Carta Brasileira para Educação Ambiental, que, entre outras coisas, reconheceu a educação ambiental como um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida humana.

A Carta admitia, ainda, que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do poder público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de educação ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidavam um modelo educacional que não respondia às reais necessidades do país.

Nesta esteira, o setor universitário começa a sofrer uma pressão crescente como resultado da crise ambiental global. A postura adotada até então pelas Instituições de Ensino Superior (IES), de apenas serem responsáveis pela produção de conhecimento e formação de profissionais, que integrarão a sociedade e contribuirão para o desenvolvimento econômico, começa a ser posta em cheque. Agora, as IES são eleitas para subsidiar com exemplos práticos e ambientalmente sustentáveis e, assim, ajudar os setores público e privado e a sociedade de forma geral, fornecendo a educação como instrumento de transformação, individual e coletiva, respeitando os princípios da sustentabilidade.

As IES assumem compromisso de minimizar os efeitos deletérios do uso irracional dos recursos naturais e, portanto, adotam modelos de redução de impactos ambientais, que são resultantes de ações e decisões universitárias dentro e fora dos limites dos campi. E a partir da reflexão acerca do problema gerado por suas atividades ajudam a promover a conscientização ambiental nos eixos ensino-pesquisa-extensão.

E, pensando nesta promoção, a Constituição Federal de 1988 (Capítulo VI – Do Meio Ambiente) prevê a Educação Ambiental como uma das obrigações do poder público. No entanto, apenas em 1999 a Lei nº 9.795 foi aprovada. Esta dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no Ministério da Educação (MEC) e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo, em 2002, regulamentada pelo Decreto nº 4.281.

Além disso, diversos outros dispositivos legais tratam da matéria ambiental nos estabelecimentos de ensino, como a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Pla-

nejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu as regras para a elaboração da Política de Gestão de Logística Sustentável (PLS), de que trata o art. 16 do Decreto nº. 7.746/2012.

A educação ambiental, logo, quando adotada, deve proporcionar uma mudança comportamental e reflexiva, no qual cada indivíduo adquira a consciência de que é importante estar atento a cada atitude e repensar os atuais modos de vida, padrões de consumo e usos dos recursos.

A partir da ponderação sobre os princípios contidos na educação ambiental, a faculdade passou a exercer um papel fundamental, no momento em que busca promover valores democráticos, de cidadania e direitos humanos, bem como a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Esta política é uma ferramenta de planejamento e fiscalização que permite aos envolvidos estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização nos usos dos recursos e gastos, mantendo uma postura responsável em relação ao ambiente e à sociedade.

Dessa maneira, foi imprescindível que as instituições incorporassem novos procedimentos administrativos e acadêmicos, visando à concepção do desenvolvimento sustentável. Os distintos espaços de educação superior devem, então, ser o berço de iniciativas que busquem promover ações na busca do equilíbrio entre a produção de bens e serviços e a qualidade de vida e ambiental. Esta prática, além de indispensável para o contexto, reforça a credibilidade junto à sociedade e aos órgãos ambientais.

Assim, é extremamente relevante a formação de profissionais com uma visão de futuro mais sustentável, que possibilite melhores condições de saúde humana e para o planeta. Além disso, a capacidade de desenvolvimento de uma gestão sustentável, que promova a integração de pessoas e recursos, pode propiciar melhorias, nos mais diversos setores institucionais e organizacionais, envolvendo toda a comunidade acadêmica.

Pensando nisto, a FAMAZ criou a sua Política de Sustentabilidade e Educação Ambiental, efetivando-a por meio de ações ambientais transversais desenvolvidas no âmbito da educação superior, de forma integrada e descentralizada, no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão de cada Curso desta Faculdade.

Dessa maneira, a Política de Sustentabilidade e Educação Ambiental apresenta-se como um processo dinâmico e em permanente construção, fomentando reflexões, debates, bem como sua reformulação constante.

2. OBJETIVOS

O objetivo principal da Política de Sustentabilidade e Educação Ambiental da FAMAZ é promover a sustentabilidade e da educação ambiental, envolvendo o conhecimento técnico, conscientização, prevenção, preservação, recuperação e cooperação e o consumo racional e sustentável de recursos ambientais na Instituição.

Busca-se colaborar com a conscientização e a sensibilização da comunidade acadêmica para práticas e visões sustentáveis, materializadas na realização de ações sustentáveis e de conservação nas diversas áreas da FAMAZ, atendendo à legislação vigente.

A FAMAZ, por ser um espaço de disseminação e construção de conhecimento e novas tecnologias relacionadas à sustentabilidade, sempre busca garantir e adotar as seguintes diretrizes:

- Inclusão da temática Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nos documentos institucionais da faculdade;
- Abordagem da Educação Ambiental como disciplina ou capítulo de disciplina afim, nos cursos de graduação e pós-graduação;
- Obrigatoriedade da abordagem da educação ambiental nas atividades, treinamentos, atualizações, cursos e estágios realizados na Famaz, envolvendo docentes, discentes, colaboradores e a sociedade;
- Fomento e Desenvolvimento da Educação Ambiental nos Núcleos de Pesquisa e em outras atividades de forma transversal e contínua;
- Desenvolvimento de projetos, ações e atividades de conscientização e sensibilização nas áreas comuns deste campi de ensino e formação, como exemplo de boas práticas para a comunidade interna e externa;
- Aquisições e compras de bens e produtos para promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos critérios estabelecidos no Decreto Federal 7.746/2012;
- Valorização da mão de obra local e desenvolvimento de atividades internas que acarretem menores impactos ambientais, bem como utilização racional dos recursos ambientais, como redução do consumo de energia, água e papel e utilização de material reciclado para reformas e reparos;
- Promoção da política dos 5 R: reduzir, repensar, reaproveitar, reciclar, reutilizar;
- Institucionalização, através de ações, da imagem sustentável e moderna da faculdade perante a comunidade;
- Contribuição com a gestão responsável e econômica dos recursos, gerando uma maior distribuição de recursos dentro da Instituição e de ações preservacionistas.

3. PROGRAMAS E AÇÕES

A FAMAZ, desde meados de 2010, vem consolidando algumas iniciativas no sentido de dinamizar o conhecimento das questões ambientais no seu cotidiano com a promoção de ações.

Institucionalmente, a faculdade objetiva manter unidas as três áreas: qualidade, segurança e meio ambiente. Para tanto, as ações são efetivadas por meio da ação conjunta das Coordenações do Curso Superior Tecnológico em Gestão Ambiental, do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária e do Núcleo de Estudos Ambientais, a saber:

- *FAMAZ Consciente*

Nesta linha de ação, a Famaz vem estabelecendo suas ações em três frentes, à saber: Programa FAMAZ de Energia Consciente, Programa FAMAZ de Resíduos Sólidos e Programa FAMAZ de Uso Consciente da Água.

1. O Programa FAMAZ de Energia Consciente

As alternativas que presam pelo uso racional da energia elétrica apresentam benefícios, como: para o consumidor, gera uma boa redução no custo da conta de energia elétrica, possibilitando economia e também outra vantagem é do ponto de vista ambiental, pois a redução do consumo reflete no aumento do estoque de energia no país, evitando assim o uso de energia proveniente das usinas térmicas que aumentam a poluição do ar. Diante disto, este programa tem por objetivo diminuir as taxas de uso de consumo de energia, através de algumas iniciativas, como a compra/troca progressiva de lâmpadas fluorescentes por led, os quais apresentam menor consumo de energia.

Além disso, a Instituição, também, tem investido em uso de aparelhos de baixo consumo de energia (Tipo A), sensores de presença para acionamento automático das lâmpadas nos corredores e sensores de peso nas escadas rolantes para desligamento automático, caso não seja percebido peso humano no equipamento (Fotos 1 e 2).



Fotos 1 e 2: Escada rolante, com sensor de presença humana (Bloco 1)

2. Programa FAMAZ de Resíduos Sólidos

A instituição tem se proposto a promover a redução de resíduos na fonte geradora, o reaproveitamento e a reciclagem de matérias-primas (como, por exemplo, uso

de bloco de notas, oriundos de impressão não aproveitadas e que seriam descartadas), a geração de renda com inclusão social, assim como, também, minimiza o impacto ambiental causado pelo aterramento de resíduos.

Uma das principais iniciativas da IES, é a constituição, dentro do âmbito dos laboratórios, do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, o qual foi elaborado para que a FAMAZ possa manejar adequadamente todos os resíduos gerados nos laboratórios de ensino e pesquisa, atendendo as legislações, garantindo assim a proteção da saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

Além disso, a faculdade atua em outras frentes para tomada de decisão, à saber: a primeira, busca melhorar seus processos para reduzir a geração de resíduos ou realiza esforços em ações que viabilizem utilizar seus resíduos em outros processos ou até mesmo dentro da empresa.

Para ilustrar a faculdade vem realizando nas instâncias acadêmicas e administrativas, ações de conscientização ecológica e a importância da seleção e diminuição de geração de resíduos (Fotos 3 e 4). Na FAMAZ são coletados resíduos de material impresso (papel A4) e o descarte é feito adequadamente nos pontos coletores da EcoCelpa em Belém.



Fotos 3 e 4: Ação de coleta de papel para reciclagem

A FAMAZ, também, está envidando esforços para o estabelecimento de parcerias com cooperativas de reutilização ou reciclagem dos materiais a fim de entregar seus resíduos como forma de garantir destinação adequada e geração de renda a partir dos princípios contidos na logística reversa.

3. Programa FAMAZ uso consciente da água

Este programa tem-se dado por meio de campanhas de sensibilização junto à comunidade acadêmica para o uso racional da água. Para tanto, como medida institucional, as torneiras dos banheiros de uso comum e privativos foram substituídas por modelos automatizados, que ajudam na redução de 15% no consumo de água. As descargas sanitárias foram também substituídas por modelos, em sistema de hidra, que bloqueiam a saída de água, após o término da capacidade da caixa, que proporcionam economia do recurso água de até 60% em seus ciclos.

Como norma da instituição há manutenção permanente das descargas sanitárias e caixas de abastecimentos de água, tendo em vista a redução no desperdício deste recurso finito que é a água potável. E, também, a FAMAZ incentiva a pesquisa

e avaliação da qualidade da água por meio de seu Laboratório Móvel, no qual vem privilegiadas ações interdisciplinares.

- **Compras Sustentáveis**

Visando a priorização de compras de produtos sustentáveis, que causem menos impactos ambientais ou utilizem materiais reciclados ou reutilizados, a FAMAZ vem desenvolvendo diálogos junto ao setor de compras para sensibilização, conscientização, assim como promoverá formação dos colaboradores envolvidos para escolha racional dos produtos.

- **Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão**

1. Disciplinas (Ensino):

No âmbito da Política de Sustentabilidade e Educação Ambiental da FAMAZ, se realiza a abordagem da educação ambiental em disciplinas específicas ou unidades de disciplinas por ciclo de oferta nos cursos de graduação ofertados.

Ciente que a educação ambiental não deve ser implementada como disciplina específica no currículo de todos os cursos, a FAMAZ definiu diversas formas e frentes para disseminação do tema, incitando os educadores à reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, aprofundando conceitos e pautando-os na condução das ações sociais e dos temas abordados nas práticas de sala de aula, como por exemplo na discussão do(a):

Disciplina	Curso
Direito Ambiental	Direito
Legislação Ambiental	Engenharia Ambiental e Sanitária e CST em Gestão Ambiental
Análise Ambiental	Biomedicina
Empreendedorismo e Sustentabilidade Ambiental	Educação Física
Gestão Ambiental	Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental e Sanitária, Administração e no CST de Recursos Humanos
Ecologia e Educação Ambiental	CST em Gestão Ambiental
Ética e Responsabilidade Socioambiental	Ciências Contábeis
Sustentabilidade	Pós-Graduação (Lato Sensu)

2. Eventos Acadêmicos e Científicos (Pesquisa)

A Política de Sustentabilidade e Educação Ambiental da FAMAZ é um processo dinâmico que se apresenta em permanente construção, pois busca viabilizar ambientes de reflexões, debates e discussões sobre sustentabilidade, daí os eventos promovidos sempre buscarem tratar o tema de forma transversal nos principais eventos acadêmico-científicos da IES: Semanas Acadêmicas Integradas da FAMAZ, Semanas Acadêmicas dos Cursos de Graduação e Cursos Superiores de Tecnologia diretamente envolvidos no Núcleo de Meio Ambiente, Semana do Meio Ambiente, Jornadas Acadêmicas de Curso, Semana Tecnológica e afins (Fotos 5, 6, 7 e 8).



Foto 5: Semana Acadêmica 2014: "A Contribuição das Ciências Sobre Meio Ambiente e Dignidade da Pessoa Humana". Visita a Feira de Artesanato Mundial



Foto 6: Semana Acadêmica 2015: "Amazônia e Políticas Públicas". Teatro de Bonecos do CST Gestão Ambiental



Foto 7: Semana da Responsabilidade Social 2014: "Educação ambiental para Crianças". Vila da Barca



Foto 8: Visita Técnica: Viveiros de mudas florestais e frutíferas, 2016: "São Miguel do Guamá

3. Visitas Técnicas (Extensão)

Foram realizadas ações que envolvam a comunidade acadêmica para visitas in loco em áreas de risco e/ou protegidas, como parques, reservas ambientais e órgãos ambientais. Tais como, caminhadas ecológicas, as quais envolvem os cursos da área ambiental e outros cursos, a exemplo de um evento no Utinga, realizado pelo CST em Gestão Ambiental em parceria com o curso de Bacharelado em Educação Física (Foto 9, 10, 11 e 12).



Fotos 9, 10, 11 e 12: Caminhada Ecológica, Parque Estadual do Utinga, 2013

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Com vista ao exposto acima, ressalta-se que compete aos gestores acadêmicos assegurarem que estas políticas se tornem públicas no âmbito institucional, de forma a se efetivarem em ações, inseridas no planejamento de atividades – de ensino, pesquisa e extensão – de cada curso.

Faz-se necessário que gestores, docentes, discentes e técnico-administrativos zelem pelo cumprimento das ações nela previstas e envidem esforços para que tais ações correspondam às exigências dos dispositivos legais que a regem – como a Lei nº 9.795/199, o Decreto nº 4.281/2002, a Instrução Normativa nº 10/2012 e a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental –, bem como atendam o previsto no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) desta IES.

Assim, as premissas contidas naqueles dispositivos legais e nos documentos-referência, que auxiliaram na construção desta política e sob as quais encontram-se sujeitas, orientam os planejamentos e atividades institucionais na FAMAZ mediante os sistemas de gestão ambiental descritos acima.

Portanto, os princípios, os objetivos e ações aqui delineados estão passíveis de sofrerem ajustes e alterações, em conformidade com qualquer alteração na legislação atinente e no planejamento estratégico da FAMAZ, devidamente registrado em seu PDI.

